

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 107.922 - RS (2019/0031032-0)**

**RELATOR** : MINISTRO NEFI CORDEIRO  
**RECORRENTE** : LUCAS SILVA DE OLIVEIRA (PRESO)  
**ADVOGADO** : LINEU ISMAEL DE SOUZA DE QUADROS - RS044796  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**DECISÃO**

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de LUCAS SILVA DE OLIVEIRA, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul que denegou o *writ* de origem por acórdão assim ementado (fl. 367):

*HABEAS CORPUS. TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS. PORTE DE ARMA. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. SEGREGAÇÃO MANTIDA.*

*Paciente primário, preso em 12 de dezembro de 2017. Apreensão, em tese, em cumprimento a mandado de busca e apreensão, de 1 porção de cocaína pesando 28g, 1 porção de crack pesando 49g, 44 porções de cocaína pesando 12g, 1 porção de maconha pesando 8g, 25 porções de maconha pesando 75g e 1 balança de precisão, além de 3 cartuchos calibre 38, 2 estojos de munição calibre 38, 1 cartucho de munição calibre 45, 6 cartuchos de munições 9mm e 1 revólver Taurus calibre 38.*

*Legalidade da prisão preventiva do paciente reconhecida pela Câmara no julgamento do Habeas Corpus n.º 70076906320.*

*Conhecimento da impetração apenas no que tange à alegação de excesso de prazo.*

*Inocorrência. Ausência de desídia por parte da autoridade apontada como coatora. Demora na apresentação de resposta à acusação pela defesa. Audiência designada para o mês de dezembro frustrada em razão da não condução do paciente pela SUSEPE. Nova solenidade designada para o mês de janeiro de 2019.*

*IMPETRAÇÃO PARCIALMENTE CONHECIDA. ORDEM DENEGADA.*

Neste recurso pretende-se a revogação prisão preventiva, pois há constrangimento ilegal por ausência de fundamentação idônea da decisão que decretou essa medida, além do excesso de prazo para o encerramento da fase instrutória, e ausência de indícios da materialidade delitiva.

O recorrente foi denunciado pela prática dos crimes tipificados no art. 33, *caput*, da Lei nº 11.343/2006, art. 16, parágrafo único, inciso IV da Lei nº 10.826/2003 e art. 288 do Código Penal.

Após consulta ao sítio eletrônico do Tribunal *a quo* realizada em

18/2/2019, verificou-se que no processo n 0374493-35.2018.8.21.7000 foi realizada audiência para inquirição de testemunha em 28/1/2019, e os autos encontram-se conclusos para despacho desde 30/1/2019.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em recurso em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se constrangimento ilegal.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

O decreto prisional possui os seguintes fundamentos (fls. 134/136 - com destaques):

*[...].No caso em tela, verifico haver prova inequívoca da existência de infração penal e de fortes indícios de autoria nos delitos investigados em relação a LUCAS SILVA DE OLIVEIRA, tendo em vista que consta nos autos a busca e apreensão realizada pela Autoridade Policial quando apreenderam na residência de Lucas maconha, cocaína, crack, além de munições, armas de fogo e uma grande quantia em dinheiro.*

*De igual modo, a testemunha Lindomar Francisco de Azevedo Malessa afirmou que Lucas anda armado e pratica o tráfico ilícito de entorpecentes nesta Cidade, estando demonstrado o fumus comissi delicti.*

*Também está presente, por ora, o periculum libertatis, haja vista a gravidade dos fatos denunciados. Tal situação leva a considerar a grande possibilidade de o acusado ameaçar testemunhas dos delitos, havendo inclusive notícias nos autos de que ele intimida pessoas na Localidade com armas de fogo, o que prejudicaria a instrução criminal, e quiçá a ordem pública, ante a possibilidade de continuidade da delinquência.*

*Ainda, Lucas, quando do cumprimento do mandado de busca e apreensão, fugiu da abordagem policial, inclusive efetuando disparos de arma de fogo contra a guarnição.*

*Diante disso, resta evidenciado a periculosidade do investigado caso permaneça solto.*

*Destarte, tendo em vista as circunstâncias acima apontadas e a gravidade dos crimes, reputo imperativa a custódia provisória do representado Lucas para garantia da ordem pública e conveniência da instrução criminal.*

*Impende seja dito, que, no caso dos autos, entendo que as medidas cautelares diversas da prisão não irão conter a prática*

*delitiva, tampouco assegurar a conveniência da instrução criminal.  
[...].*

Como se vê, o decreto prisional tem fundamentação idônea, evidenciada na tentativa de fuga da abordagem policial, pois ressaltou-se que *Lucas, quando do cumprimento do mandado de busca e apreensão, fugiu da abordagem policial, inclusive efetuando disparos de arma de fogo contra a guarnição.*

Esta Corte Superior entende majoritariamente que a tentativa de fuga no momento da abordagem policial, após a prática criminosa, inclusive com resistência física, perseguição em alta velocidade, e troca de tiros com agentes policiais, são circunstâncias fáticas que justificam a prisão preventiva. Conforme os seguintes precedentes: RHC 71.563/MG, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 2/8/2016, DJe 9/8/2016; HC 398.318/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 17/8/2017, DJe 29/8/2017; HC 403.269/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 21/11/2017, DJe 1/12/2017; RHC 74.131/MG, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 15/12/2016, DJe 01/02/2017.

Na hipótese, ao menos em cognição sumária, não se detecta manifesta ilegalidade apta a ensejar o deferimento da medida de urgência, pois se faz necessário o exame circunstancial do prazo de duração do processo.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações.

Após, ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator